



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

22 10 2013

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

PÚBLICO

VISÃO

DIÁRIO ECONÓMICO

SÁBADO

EXPRESSO

CIP pede “trabalho acrescido” para “diluir” crispação

**Líder da associação patronal
pede esforço acrescido do
Governo para amenizar tensão.**

Cristina Oliveira da Silva
cristina.silva@economico.pt

O presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP) defende que deve existir “um trabalho acrescido a nível diplomático para diluir esta crispação” sentida nas relações entre Portugal e Angola.

António Saraiva reforçou ao Diário Económico que “Angola é o quarto destino das nossas exportações” e sublinhou a necessidade de “captar investimento directo estrangeiro”. Por isso, defende, “o Governo pode empenhar-se, desde o Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Governo como um todo. Já sabemos que o senhor Presidente da República se envolveu, mas o Governo deve fazer um trabalho de diplomacia para diluir tensões”, acrescentou o dirigente da CIP.

A Confederação também entende que “a comunicação social está a empolar demasiado este assunto que, de outra maneira, não teria passado de um ‘fait divers’”. É que, para António Saraiva, este tema “merece algum cuidado” mas não, por enquanto, “uma preocupação tão acrescida”.

Ontem, o “Jornal de Angola” publicou um editorial onde acusa o Estado português de levar a cabo “uma verdadeira agressão” ao País (ver páginas 4 e 8), sem deixar de fora alguns recados dirigidos a empresas portuguesas. ■

“

O Governo deve
fazer um trabalho
de diplomacia
para diluir tensões,
porque estas estão
muito elevadas.

António Saraiva
Presidente da CIP



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

82 10 2013

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
PÚBLICO
VISÃO
DIÁRIO ECONÓMICO
SÁBADO
EXPRESSO

JORNAL DE NOTÍCIAS
SEMANÁRIO ECONÓMICO
JORNAL DE NEGÓCIOS
CORREIO DA MANHÃ
SOL

Governo quer negociar programa cautelar no início de 2014

O PS pediu ontem explicações ao primeiro-ministro sobre se Portugal está a preparar um novo programa.

Marta Moltinho Oliveira
marta.oliveira@economico.pt

O Governo quer negociar um Programa Cautelar no início do próximo ano. O anúncio foi feito ontem pelo ministro da Economia e já levou o PS a pedir explicações a Passos Coelho. Novembro será um mês importante para perceber o que será um Programa Cautelar.

"Ainda temos algum trabalho pela frente, algum progresso que tem de ser alcançado. Mas o nosso objectivo é começar a negociar um programa cautelar nos primeiros meses de 2014", afirmou António Pires de Lima, em entrevista à agência Reuters em Londres.

O Programa Cautelar está previsto para quando a 'troika' já não estiver em Portugal - Junho de 2014 - e o país já tiver regressado aos mercados e funcionará como um "mecanismo de seguro" a accionar se os mercados estiverem perturbados. Este tipo de ajuda terá contrapartidas, obrigando o país a ficar sujeito a alguma condicionalidade. No entanto, ninguém sabe exactamente como será. A Irlanda será o primeiro país a tê-lo.

Ontem, o ministro da Economia não entrou em detalhes sobre o que Portugal quer do Programa Cautelar, mas Novembro

é visto pelo Executivo como um mês de referência, para perceber o que pode estar pela frente. Numa entrevista ao Jornal de Negócios, a ministra das Finanças admitiu a importância do mês de Novembro, ao referir que nessa data a Irlanda estará a um mês do fim da ajuda da troika e "é mais do que natural para a Irlanda que nessa altura se anuncie o que vai acontecer". Um anúncio que Maria Luís Albuquerque vê como "um precedente relevante". A importância do Programa Cautelar é ainda sublinhada por David Schnautz, analista do Commerzbank, até mais do que os riscos de inconstitucionalidade do Orça-

O Programa Cautelar está previsto para quando a 'troika' já não estiver em Portugal. Ninguém sabe exactamente como será. A Irlanda será o primeiro país a tê-lo.

mento do Estado para 2014.

A intenção do Executivo de começar a negociar o Programa Cautelar nos primeiros meses de 2014 levou o PS a pedir explicações a Passos Coelho. "O primeiro-ministro tem que vir prestar contas aos portugueses, tem que vir esclarecer, de uma vez por todas, se está ou não a preparar um novo programa de ajuda externa a Portugal", disse António José Seguro, citado pela Lusa, em reacção às declarações de Pires de Lima. Para o PS um Programa Cautelar ou um segundo resgate é a mesma coisa. Em entrevista ao semanário Sol, o secretário nacional do PS e responsável pela área económica, Eurico Brilhante Dias, defendeu que "um Programa Cautelar é um segundo programa, não vale a pena ter ilusões", já que "será sempre um programa que permita à República financiar-se em condições mais favoráveis às dos mercados".

O Governo, pela voz do vice-primeiro-ministro, Paulo Portas, tem sublinhado as diferenças entre um segundo programa e um Programa Cautelar, destacando que o primeiro é o que a Grécia teve e o segundo é o que a Irlanda terá.

Vários membros do Executivo têm rejeitado que Portugal vá precisar de um segundo resgate e António José Seguro assumiu recentemente no Parlamento que o PS "tudo fará" para evitar um segundo resgate. ■ L.R.P.

VEJA AS DIFERENÇAS

Programa Cautelar

Os moldes ainda não são completamente conhecidos. Sabe-se que só acontecerá se a 'troika' sair de Portugal e se o país regressar aos mercados. Trata-se de um seguro que é activado no caso de haver turbulência nos mercados. Também terá condicionalidade.

Segundo resgate

Um segundo resgate é um novo empréstimo através de um programa de assistência assinado com a 'troika'. Nesta situação, Portugal continuaria com os mercados fechados e estaria sujeito a forte condicionalidade. A possibilidade seria mais penosa para a confiança interna e externa na economia.

LISBOA - MARVILA ARMAZÉM 365 m2

C/ pé direito variável, frente 11 m, profundidade 33 m.
Possibilidade aquisição terreno contíguo área idêntica.
Possível permuta. 195.000€, negociável.

Mostra o próprio.
joao.serrano@gmail.com

Tel: 926 537 424



22 10 2013

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
PÚBLICO
VISÃO

JORNAL DE NOTÍCIAS
SEMANÁRIO ECONÓMICO
JORNAL DE NEGÓCIOS

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2014

Fiscalização sucessiva ou preventiva? Cada cenário tem custos

Economistas e juristas dividem-se quanto à solução. Decisão de Cavaco tem elevada carga de subjectividade

ELISABETE MIRANDA
FILOMENA LANÇA

O que é mais arriscado para o País: viver alguns meses em duodécimos ou enfrentar um eventual chumbo do Tribunal Constitucional (TC) no final do primeiro trimestre do próximo ano, numa altura em que se procuram dar sinais da capacidade de regresso aos mercados? Os economistas e juristas ouvidos pelo **Negócios** dividem-se. Este é um sinal de que a decisão que Cavaco Silva tomará e sobre a qual, admitiu, está a ponderar possíveis custos, terá uma elevada carga de subjectividade.

"Qualquer uma das situações tem riscos", admite o ex-ministro Bagão Félix, por isso, tratar-se-á de decidir pelo mal menor. Se o TC fosse chamado a pronunciar-se em sede de fiscalização preventiva (antes de a proposta de OE entrar em vigor) e declarasse as medidas ilegais, o País teria de viver alguns meses com os tectos de despesa de 2013 (no chamado regime de duodécimos). Este é um cenário que Manuela Arcanjo, antiga secretária de Estado do Orçamento, desdramatiza. "Isso seria um sério inconveniente se tal meta fosse exequível [e o risco de derrapagem orçamental fosse real] mas a verdade é que a meta de 4,5% do PIB para o défice já por si só não o é". Logo, mais vale pedir a fiscalização preventiva de vez, já que esta proposta orçamental "contém medidas que nunca foram tomadas em nenhum país civilizado", considera.

Nogueira Leite discorda. Caso o Governo não tenha alternativa para compensar as inconstitucionalidades, uma fiscalização preventiva "atira-nos para um segundo resgate", diz o economista. Cavaco, ao indicar que quer evitar este cenário "acredita que materializar o risco neste momento é mais penoso para uma eventual entrada num programa cautelar".

Bagão Félix está de acordo quanto aos prazos: "Estamos numa fase muito sensível do ponto de vista do

programa. Se o OE não estiver aprovado no início de Janeiro é começar mal" o início da sua retirada da alçada do FMI, BCE e Comissão Europeia. Bagão Félix aduz ainda a favor da sua tese o facto de só uma parte das medidas mais polémicas estar contida na proposta de OE.

E se houver um pedido de fiscalização sucessiva (após a entrada em vigor do OE) e a declaração de inconstitucionalidade chegar ao final do primeiro trimestre, numa altura em que Portugal se deverá estar a preparar para fazer uma emissão de longo prazo para convencer a troika a conceder-nos um programa cautelar, não será pior? Silva Lopes acha que não. Por uma razão simples e diferente da de todos os outros: "Custa-me a crer que façamos uma emissão de longo prazo". Aliás, "não há condições nenhunas para fazermos uma emissão de longo prazo". Por achar que a ideia de que em 2014 "vamos acabar com o protectorado é uma fantasia", o ex-ministro das Finanças considera que "vale mais seguir com este OE e pô-lo a funcionar".

Aproveitar o TC para pressionar a troika ou a troika para pressionar o TC?

Mas nem só de custos é feito este processo. Há também quem encontre oportunidades, embora nem todos vejam as mesmas. Nogueira Leite acha que, caso haja uma fiscalização sucessiva que coincida com o regresso aos mercados, "nessa altura a pressão estará toda sobre os magistrados" do Palácio Ratton. Uma leitura semelhante à de Paulo Otero: "O tempo joga a favor do Governo". Atirar a decisão para o próximo ano "colocará maior responsabilidade e um maior peso para o TC, que vai ter dificuldade em tomar uma decisão".

Manuela Arcanjo e Bagão Félix vêem oportunidades noutro lado: uma eventual declaração de inconstitucionalidade pode pressionar a troika a aceitar um ritmo de consolidação mais relaxado. "O regresso aos mercados vai ser difícil, muito difícil".

Fiscalização preventiva deixa País a duodécimos

Se o Presidente da República (PR) optar por pedir a fiscalização

preventiva do OE para 2014, "nem por milagre este poderá entrar em vigor a 1 de Janeiro" e o País terá de continuar em duodécimos, explica o constitucionalista Paulo Otero. A votação final da lei está prevista para 21 de Novembro, o que deixa pouco mais de um mês até ao final do ano. Cavaco Silva terá 20 dias para promulgar o diploma ou exercer o direito de veto. Mesmo admitindo que não esgotaria o prazo, se pedisse a fiscalização preventiva, o TC teria, por sua vez, 25 dias para se pronunciar, um prazo que poderia ser encurtado pelo PR por motivo de urgência. Depois disso, sendo declarada a existência de inconstitucionalidades, o diploma teria de voltar ao Parlamento, para que fossem expurgadas as normas em causa e substituídas por outras que impedisse o desequilíbrio do OE, num novo processo legislativo.

cial". E, nessas circunstâncias, "o discurso que coloca pressão no TC pode acabar por ser uma boa desculpa para a troika vir a flexibilizar as metas". Para Bagão Félix, se o TC não chumbar mais de 800 milhões de euros (e o ex-ministro acredita que os juizes farão uma gestão aritmética da sua decisão), o plano B será a troika aceitar os 4,5%.

João César das Neves acha que "esta não é uma discussão relevante". "Os mercados não percebem esta confusão. Enquanto a troika disser que está tudo a correr bem, acreditam". A mesma troika que Manuela Arcanjo garante saber que "as metas são ficcionadas e não são exequíveis".



Nogueira Leite privilegia o pedido de fiscalização sucessiva. Caso contrário, pode haver resgate.

Presidente acredita que materializar o risco neste momento é mais penoso para uma entrada num programa cautelar.



Ex-governante Manuela Arcanjo acha que é preferível desfazer a dúvida o quanto antes.

Não nos iludamos. (...) Neste momento já não temos condições para ter um programa cautelar como a Irlanda vai ter.



Bagão Félix lembra que só uma parte da austeridade está contida na proposta de Orçamento.

Estamos numa fase muito sensível do programa. Se o OE não estiver aprovado no início de Janeiro é começar mal o início da retirada da troika.



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

22 10 2013

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
PÚBLICO
VISÃO



Silva Lopes não acredita que Portugal se emancipe em 2014. Por isso, mais vale seguir com o OE.

Não há condições para uma emissão de longo prazo. (...) Ideia de que vamos acabar com o protectorado é uma fantasia.



Paulo Otero, especialista em constitucional, diz que seria impossível ter novo OE pronto a 1 de Janeiro.

O tempo joga a favor do Governo. O Constitucional vai ter dificuldade em tomar uma decisão [quando do regresso aos mercados].



João César das Neves diz que os investidores não andam a olhar para a execução orçamental.

Esta não é uma discussão relevante. Os mercados não percebem esta confusão. Equanto a troika disser que está tudo bem, acreditam.

JORNAL DE NOTÍCIAS
SEMANÁRIO ECONÓMICO
JORNAL DE NEGÓCIOS

RISCOS DE CADA CENÁRIO

Fiscalização sucessiva atira a decisão para o momento do regresso aos mercados, podendo dificultar as negociações do programa cautelar. A preventiva dá um mau sinal de partida e põe o País a duodécimos. Ambas têm riscos

Fiscalização preventiva

PAÍS GOVERNADO POR DUODÉCIMOS

Um pedido de fiscalização preventiva pelo Presidente da República - antes da promulgação do diploma - inviabilizará a entrada em vigor do Orçamento a 1 de Janeiro. Sem Orçamento aprovado, o País terá de ser governado por duodécimos, que terão por base os números do Orçamento de 2013 e que, se não reflectirão os novos aumentos de impostos, também não contarão com cortes de despesa. Dependendo do tempo em que tal acontecesse - se o OE voltar ao Parlamento, terá de se iniciar novo processo legislativo - isso comprometeria as metas orçamentais.

CREDORES FINANCEIROS PREOCUPADOS

Difícilmente a troika verá com bom olhos mais um impasse no constitucional, por muito que este já seja aguardado. E, sobretudo, serão necessárias medidas que substituam as que sejam consideradas inconstitucionais, que terão novamente de ser negociadas com a troika.

FRAGILIDADE PERANTE OS MERCADOS

Com um regresso aos mercados agendado para o primeiro semestre, Portugal poderá ficar em maus lençóis, uma vez que dificilmente passará para os mercados uma imagem de segurança e de consolidação das finanças públicas.

Fiscalização sucessiva

COMPROMETER O REGRESSO AOS MERCADOS

A fiscalização sucessiva da constitucionalidade do Orçamento do Estado estará garantida já que a oposição já disse que a pediria. Assim, o OE não será apreciado pelo Constitucional antes da sua promulgação, mas apenas depois, quando já estiver em vigor. Neste cenário não há prazos para os juízes decidirem, mas, tendo em conta o que aconteceu em 2013, é expectável que não haja uma decisão antes do final do primeiro trimestre. A bater com o momento em que o País deverá

começar a preparar o seu regresso aos mercados, o que acarretará uma grande dose de incerteza quanto às contas públicas.

PREJUDICAR AS NEGOCIAÇÕES PARA PROGRAMA CAUTELAR

Isso vale também para as negociações do programa cautelar, que se quer o mais "leve" possível em matéria de contrapartidas do lado português, mas cujas negociações com os credores institucionais poderão complicar-se num cenário de chumbo do Tribunal Constitucional.



ESTRADAS

Encargos com PPP até Junho são 97% do previsto para 2013



Bruno Simão

Auto-estradas | As receitas de portagem são ainda insuficientes para cobrir os encargos suportados, situando-se a taxa de cobertura média em 24%.

UTAP diz que elevado nível de execução será compensado com pagamentos mais reduzidos ou devoluções por parte dos privados na segunda metade do ano

MARIA JOÃO BABO
mbabo@negocios.pt

Os encargos líquidos do Estado com as parcerias público-privadas (PPP) do sector rodoviário atingiram nos primeiros seis meses do ano 435 milhões de euros, um valor que representa 97% do encargo previsto para o conjunto de 2013, de 449 milhões de euros.

No boletim das PPP do segundo trimestre deste ano, a Unidade Técnica de Acompanhamento de Projectos (UTAP) sublinha, no entanto, que "os valores pagos não reflectem ainda as poupanças decorrentes dos processos em renegociação e já preliminarmente acordadas com sete parceiros privados". Para a unidade do Ministério das Finanças, "o elevado nível de execução verificado até ao segundo trimestre será compensado com pagamentos mais reduzidos durante o segundo semestre de 2013". Ou mesmo, acrescenta, "com eventuais devoluções de pagamentos em excesso por parte das concessionárias ao parceiro público, face às alterações contratuais que vierem a ocorrer, permi-

643,5

Valor, em milhões de euros, dos encargos líquidos com as PPP rodoviárias, ferroviárias, da saúde e da segurança até Junho.

tindo assim atingir as metas orçamentais".

O Estado assumiu para este ano uma redução de encargos com as concessões rodoviárias em 300 milhões de euros. Até agora foram celebrados memorandos de entendimento e protocolos de acordo com sete concessionárias, sendo ainda necessária a aprovação das alterações aos contratos dos bancos financiadores e do Tribunal de Contas.

De acordo com o boletim da UTAP, entre Abril e Junho deste ano os encargos brutos aumentaram 40% face ao período homólogo de 2012, para 258 milhões. No semestre, os encargos brutos somaram 569 milhões de euros, tendo os proventos destas concessões atingido 134 milhões. Entre as causas dos desvios, a UTAP aponta o facto de

em 2012 os pagamentos por disponibilidade e remuneração do sistema de cobrança de portagens só terem sido pagos em Julho, quando este ano foram saldados em Junho. Por outro lado, na concessão Norte registou-se "um forte incremento da tarifa diária de disponibilidade para 2013", em cerca de 89%. Esta foi, assim, a concessão que registou o maior aumento dos encargos brutos totais no segundo trimestre deste ano, de 280%. Pelo contrário, no Túnel do Marão, os encargos brutos caíram 308%, com o parceiro público a registar uma receita de 1,3 milhões de euros.

Relativamente aos proventos gerados nestas vias, segundo a UTAP, as concessões Norte e das Beiras Litoral e Alta representam em conjunto 33% da receita total do trimestre.

Segundo a análise agora divulgada, as concessões mais onerosas para o Estado, em termos de encargos líquidos, continuam a ser as antigas Scut da Beira Interior, Interior Norte e Beira Litoral e Alta, que em conjunto representam cerca de 62% do total de encargos líquidos pagos pelo Estado no trimestre.

Em 2013, segundo as previsões do Governo, os encargos com as PPP rodoviárias vão atingir 449 milhões de euros. Em 2014, aumentam para 1.132 milhões.

O Estado já chegou a acordo com sete concessionárias. Com a Euroscut as negociações prosseguem.

AS PPP NÃO RODOVIÁRIAS

SÓ PPP DA SEGURANÇA CUSTOU MENOS NO TRIMESTRE

FERROVIÁRIAS SOBEM 78%

No segundo trimestre, o Estado fez pagamentos de cerca de 2,18 milhões de euros à concessão do Metro Sul do Tejo, como compensações pelo diferencial entre a receita real e a que corresponderia ao nível de procura contratualmente previsto. De acordo com o boletim trimestral das PPP da UTAP, os encargos líquidos com as parcerias do sector ferroviário aumentaram 78% no segundo trimestre do ano, tendo atingido no acumulado dos primeiros seis meses 4,1 milhões de euros. Um valor que representa apenas 34% da execução prevista para 2013.

PPP DA SAÚDE CRESCEM 22%

Os encargos com as parcerias da saúde cresceram no segundo trimestre 22%, face ao período homólogo de 2012. Um crescimento que resulta, segundo a UTAP, do aumento significativo dos pagamentos respeitantes às rendas às entidades gestoras dos edifícios (113%), relacionados com a entrada em funcionamento do Hospital de Vila Franca de Xira, e com os pagamentos de reconciliação de 2012 relativos à Entidade Gestora do Edifício de Cascais e à Entidade Gestora do Edifício de Braga.

SEGURANÇA DIMINUI 21%

Os encargos com o SIRESP foram no segundo trimestre de 12,1 milhões de euros, menos 21% do que um ano antes.



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

21 10 2013

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
PÚBLICO

JORNAL DE NOTÍCIAS
SEMANÁRIO ECONÓMICO

Medidas temporárias valem mais de 3000 milhões de euros do OE

Uma parte importante do pacote de austeridade foi anunciada como temporária, mas neste momento as medidas valem tanto que dificilmente poderão vir a desaparecer algum dia

Finanças públicas

Sérgio Aníbal
e Luís Villalobos

A proposta de Orçamento do Estado para 2014 inclui mais de 3000 milhões de euros de medidas que foram apresentadas nos últimos anos pelo Governo como tendo um carácter temporário ou transitório. Este enorme peso nas contas públicas faz, contudo, com que seja cada vez mais provável o seu prolongamento por vários anos ou o reconhecimento oficial de que, afinal, as medidas são permanentes.

Desde o início da crise da dívida soberana na zona euro - e ainda antes da chegada da *troika* a Portugal - os executivos têm apresentado uma série de medidas que são justificadas pela situação excepcional em que o país se encontra.

Tal foi feito, por um lado, por uma questão de gestão das expectativas. Se for anunciado que o corte de rendimentos é apenas temporário e que, dentro de algum tempo, poderá ser revertido, melhoram as hipóteses de consumidores, investidores e eleitores não reagirem tão mal à apresentação das medidas. Por outro lado, existe a intenção de tornar menos provável um chumbo por parte do Tribunal Constitucional, já que este pode (e já o fez em mais do que uma ocasião) aceitar medidas com base no argumento de que são justificáveis pela conjuntura negativa extrema em que Portugal se encontra.

Assim, ao fim de mais de três anos de pacotes de austeridade, o Orçamento do Estado está carregado de medidas que os responsáveis governativos anunciaram usando expressões como "temporário", "extraordinário" ou "transitório".

O actual Governo tinha, como um dos objectivos do programa de corte da despesa exigido pela *troika* para 2014, precisamente de substituir as medidas de carácter temporário por poupanças "de carácter permanente". No entanto, com os receios em relações às decisões do Tribunal Constitucional mais elevados do que

nunca e com o calendário eleitoral cada vez mais apertado, tal ficou muito longe de acontecer.

Neste momento, caso a proposta de Orçamento do Estado para 2014 seja aprovada para Assembleia da República, promulgada pelo Presidente e aceite pelo Tribunal Constitucional, entrarão em vigor medidas de carácter temporário estimadas em 3307 milhões de euros.

São cerca de 1,9% do PIB, um valor que demonstra a dificuldade que qualquer Governo irá ter, num futuro próximo, em deixar que estas medidas estejam em vigor. Em destaque, pelo seu enorme peso, estão os cortes salariais na função pública e sobretaxa de IRS.

O Governo tem sido cada vez mais prudente na forma como se refere ao carácter temporário das medidas, avisando que elas não têm uma dimensão apenas anual ou definindo logo à partida, para alguns casos, regras que impõe que um crescimento forte da economia e uma situação orçamental equilibrada para que a medida possa ser retirada. E, em alguns casos, o mais provável mesmo é que a medida "temporária" acabe por ser substituída por outra "permanente" praticamente igual.

Estas são as principais medidas de carácter temporário que estão presentes na proposta do Orçamento do Estado (OE) para 2014.

Cortes para ficar

É uma das medidas denominadas como de emergência e supostamente temporárias que há mais tempo estão em vigor. Foi ainda com o Governo Sócrates no poder, na proposta de OE para 2011, que os funcionários públicos ficaram a saber que iriam ter um corte nos seus salários.

Nessa altura o corte estipulado foi de 5% em média, começando nos 3,5% a partir de um salário bruto de 1500 euros e chegando a uma redução máxima de 10%. Esta medida repetiu-se, sem alterações, em 2012 e 2013, acumulando em 2012 com o corte de subsídio. Agora, no OE para 2014, o Governo agravou ainda mais



Ministra das Finanças terá dificuldades em prescindir das medidas, que incidem sobre a receita e a despesa

os cortes que passam a ser feitos logo a partir dos 600 euros brutos e vão dos 2,5% até aos 12%. Em 2011, calculava-se que o primeiro corte valeria uma poupança líquida de 1000 milhões de euros. Para 2014, a poupança adicional resultante do agravamento do corte é contabilizada em 476 milhões. O Governo diz que a medida continua a ter um "carácter transitório". No entanto, o executivo já está a preparar, para meados de 2014, uma nova tabela salarial para a função pública que poderá ter com o objectivo tornar os actuais cortes permanentes.

Sobretaxa faz crescer IRS

Foi uma medida também lançada em 2011 e consiste na aplicação de uma sobretaxa de 3,5% sobre o rendimento anual que exceda o valor anual da retribuição mínima mensal garantida. Em 2012, ao mesmo tempo que o Governo deixava de pagar os dois subsídios a funcionários públicos e pensionistas, a medida foi retirada, mas regressou logo em 2013, sendo parte fundamental do "enorme aumento de impostos" decretado por Vítor

Gaspar. Em 2014 irá manter-se em vigor e é uma das medidas de consolidação orçamental de maior dimensão que menos dúvidas geram do ponto de vista constitucional. O Governo tem colocado, em algumas ocasiões, a hipótese de no futuro começar a reduzir impostos sobre as pessoas. Deverá ser por aqui que irá começar. A grande dúvida é saber quando é que o Governo e a *troika* consideram que há condições para abdicar desta receita.

Contribuição e pensionistas

A contribuição extraordinária de solidariedade (CES) foi criada em 2011 e depois sucessivamente alterada, sempre agravando os efeitos sobre os pensionistas. Em 2013 passou a replicar junto dos pensionistas (do sector público e privado) os cortes efectuados nos salários dos funcionários públicos, ou seja, a CES reduz as pensões acima de 1500 euros entre 3,5% e 10%. Em 2014, o corte mantém-se, mas, no caso das pensões do sector público, afectadas pelo regime de convergência com as pensões da Segurança Social, poderá deixar de ser aplicada, para que

o pensionista não seja afectado por um duplo corte.

Empresas que pagam mais

É uma medida temporária que foi criada para o Governo mostrar que os cortes são para todos, incluindo as grandes empresas. Começou a ser aplicada em 2012, mas foi em 2013 que ganhou a sua forma actual, que se manterá em 2014: uma primeira derrama estadual de 3% sobre empresas com lucros superiores a 1,5 milhões de euros e uma segunda de 5% sobre empresas com lucros superiores a 7,5 milhões. Pode gerar receitas de 187 milhões de euros. Na reforma de IRC, existe a intenção de fazer desaparecer a derrama entre 2016 e 2018.

Grandes imóveis na mira

Os proprietários de casas cujo valor patrimonial seja superior a um milhão de euros passaram a ter de pagar, a título de Imposto do Selo, uma taxa adicional de 0,8% a partir de Setembro de 2012. A partir de 2013, a taxa passou a 1%. A medida mantém-se em 2014, mas desconhecem-se a receita estimada.



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

22 10 2013

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

JORNAL DE NOTÍCIAS

Governo já admite trabalhar programa cautelar em 2014

Ajuda. Ministro da Economia reconhece em Londres aquilo que Maria Luís dizia não estar na mesa. Líder do PS quer que o primeiro-ministro explique ao País o que está a preparar



Dessintonia entre o ministro da Economia e a ministra das Finanças foi explorada pelo PS

MIGUEL MARUJO

Um pequeno-almoço em Londres provocou uma reação ao almoço no Funchal – o tempo entre a confissão do ministro da Economia de que o Governo admite negociar um “programa cautelar” e a reivindicação do secretário-geral do PS para que o primeiro-ministro esclareça “de uma vez por todas se está ou não a preparar um novo programa de ajuda externa a Portugal”.

Segundo a Reuters, Pires de Lima levou para o pequeno-almoço com jornalistas na capital britânica uma nova ementa: “Ainda temos algum trabalho pela frente, algum progresso que tem de ser alcançado. Mas o nosso objetivo é começar a negociar um programa cautelar nos primeiros meses de 2014”, afirmou, uma informação diferente daquela que a ministra das Finanças tinha dado. “Não sabemos quais as exigências para um programa cautelar. No caso português, isso nem sequer foi discutido”, dizia na semana passada Maria Luís Albuquerque.

Para o líder do PS, que falou à margem de um almoço com autarcas socialistas madeirenses, o País “não pode continuar nesta incerteza, com o primeiro-ministro a dizer uma coisa, os senhores ministros a dizerem outra”. “Quere-

mos saber, no caso de estar a ser preparado, o que é que está por detrás, que condições estão a ser negociadas, porque esta negociação não se pode fazer nas costas dos portugueses”, apontou António José Seguro.

O secretário-geral socialista baralha para dar de novo, ao falar de um “programa de ajuda externa a Portugal”, quando o que ministro da Economia admitiu foi “trabalhar num programa cautelar”. “O que é necessário, neste momento e de uma forma muito clara, é que o primeiro-ministro venha esclari-

recer os portugueses, venha prestar contas ao País e venha, de uma vez por todas, dizer: é necessário ou não é necessário um segundo programa de ajuda externa”, quando no último debate quinzenal, no Parlamento, a 4 de outubro, “o primeiro-ministro disse que não era necessário”. Afinal, questionou, “agora, temos um ministro a dizer que está a ser preparado”.

Sobre a possibilidade de um segundo resgate, António Pires de Lima foi taxativo. “Eu penso mesmo que não será necessário um segundo programa”, afirmou o mi-

PINGUE-PONGUE

“Algum progresso tem de ser alcançado. Mas o nosso objetivo é começar a negociar um programa cautelar nos primeiros meses de 2014”

ANTÓNIO PIRES DE LIMA
MINISTRO DA ECONOMIA

“Não sabemos [Governo] quais as exigências para um programa cautelar. No caso português, isso nem sequer foi discutido”

MARIA LUÍS ALBUQUERQUE
MINISTRA DAS FINANÇAS

“Queremos saber [...] que condições estão a ser negociadas, porque esta negociação não se pode fazer nas costas dos portugueses”

ANTÓNIO JOSÉ SEGURO
SECRETÁRIO-GERAL DO PS

nistro da Economia, repetindo a ideia de que é uma “obsessão” deste Governo para terminar o atual programa de assistência económica e financeira, previsto para julho de 2014.

Amanhã, no Parlamento, regressa o debate quinzenal (adiado uns dias por Passos Coelho ter estado no Panamá a participar na Cimeira Ibero-americana). O segundo resgate ou o programa cautelar voltarão a ser, certamente, uma arma de arremesso entre Governo e as bancadas da oposição.

com LÚCIA BERNARDES, no Funchal

Portugal tem 3.ª maior dívida da UE e o quarto maior défice público

CONTAS A dívida pública portuguesa somou 204 844 milhões de euros em 2012, o equivalente a 124,1% do produto interno bruto (PIB), sendo a terceira mais elevada da União Europeia, apenas superada pela dívida da Grécia (156,9% do PIB) e da Itália (127%), segundo revelam os dados da segunda notificação do Eurostat sobre défices e dívidas.

Os números ontem divulgados ultrapassam os que constam da primeira notificação do procedimento por défices excessivos ocorrida em abril, quando a dívida

pública portuguesa tinha atingido 123,6% do PIB, ou seja 204 485 milhões de euros.

Em relação ao défice público, Portugal encontra-se, *ex aequo* com Chipre, entre os cinco países que fecharam 2012 com um desequilíbrio mais elevado, ao apresentar um “buraco” orçamental de

6,4% do PIB – um valor apenas ultrapassado por Espanha (-10,6%), Grécia (-9%) e Irlanda (-8,2%).

Na União Europeia, 17 países chegaram ao final de 2012 com o défice público acima dos 3% do PIB, limite máximo previsto no Pacto de Estabilidade e Crescimento. No conjunto dos 28 Estados membros, o Eurostat reviu o défice em baixa de 4% para 3,9%. O mesmo movimento foi acompanhado do lado da dívida pública em 2012, que passou de 85,3% para 85,1%.

LÚCIA BERNARDES

204 844
milhões de euros

Total da dívida pública contabilizada no final de 2012. Equivalia então a 124,1% do PIB



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

22 10 2013

DIÁRIO DE NOTÍCIAS	
PÚBLICO	
VISÃO	
DIÁRIO ECONÓMICO	X
SÁBADO	
EXPRESSO	

EDITORIAL

Os resultados das empresas, a dívida e a bolsa

Os lucros das cerca de 370 mil empresas não financeiras em Portugal caíram de 41 mil milhões de euros em 2010 para 1,2 mil milhões em 2012, revela o Banco de Portugal no Boletim Estatístico ontem publicado. Em dois anos, os resultados líquidos das empresas nacionais deram um trambolhão que espelha bem a situação difícil que o País está a atravessar. Situação que é ainda mais preocupante quando se olha para o endividamento e a autonomia financeira dessas empresas. Os 304,6 mil milhões de euros de endividamento das empresas são superiores aos 254,6 mil milhões das Administrações Públicas e aos 160,7 mil milhões dos particulares e mostram como o tecido empresarial nacional tem um problema complicado para resolver com um tão reduzido nível de lucros. Por outro lado, os rácios de autonomia financeira, que medem a solvabilidade das empresas, pela proporção entre os capitais próprios e o activo líquido, são muito baixos. O governador do Banco de Portugal referiu recentemente que, em 2012, o nível médio de autonomia financeira das sociedades não financeiras situou-se nos 36%, sendo que mais de metade tinha mesmo níveis inferiores a 25%. Também disse que o peso dos juros em termos de 'cash-flow' era, em média, superior a 60% e que mais de metade das empresas portuguesas tinha um rácio de dívida sobre EBITDA superior a 3,5. A fragilidade financeira das empresas nacionais exige, por isso, o desenvolvimento de instrumentos que reforcem a autonomia financeira e uma política económica que favoreça a abertura e o aumento de capital das empresas. Numa altura em que a banca enfrenta apertos significativos que só lhe permitem financiar empresas financeiramente equilibradas, o mercado de capitais pode e deve ser determinante na recuperação de grande parte do tecido empresarial nacional. ■



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

82 10 2013

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
PÚBLICO
VISÃO
DIÁRIO ECONÓMICO

JORNAL DE NOTÍCIAS
SEMANÁRIO ECONÓMICO
JORNAL DE NEGÓCIOS
CORREIO DA MANHÃ

Resultado líquido das empresas portuguesas cai 97% em dois anos

Receita Os rendimentos das empresas nacionais caíram 72 mil milhões de euros desde 2010. Uma quebra que as empresas não conseguiram compensar com o corte de custos.

Marta Marques Silva
marta.marquessilva@economico.pt

O resultado líquido das empresas portuguesas encolheu 97% em dois anos. Passou de 41 mil milhões de euros em 2010 para 1,2 mil milhões no último ano. Uma evolução marcada principalmente pela forte queda nos rendimentos das empresas, a que se soma um aumento nos juros suportados. O Banco de Portugal publicou ontem, pela primeira vez, uma radiografia mais aprofundada das empresas nacionais, que inclui além das empresas privadas – excluindo os sectores agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas – também as empresas públicas que não consolidam no Estado.

A forte quebra no resultado líquido das empresas portuguesas dura há dois anos – caiu 88% em 2011, para 9,9 mil milhões de euros, e voltou a enco-

RESULTADO LÍQUIDO

1,2 mil milhões

O resultado líquido das empresas portuguesas atingiu os 1,2 mil milhões de euros em 2012, o que compara com 9,9 mil milhões em 2011 e 41 mil milhões em 2010.

JUROS A SUPORTAR

28,9%

Nos últimos dois anos as empresas nacionais cortaram custos de forma transversal. A única rubrica de gastos a aumentar foram os juros suportados, que subiram 28,9%, ou 2,4 mil milhões de euros. Quase metade do corte conseguido com o pessoal.

lher 76% em 2012. Na origem destes resultados esteve uma queda de 18% nos rendimentos em dois anos, equivalente a 72 mil milhões de euros, que as empresas nacionais não conseguiram compensar com a diminuição de custos. Os gastos corrigiram apenas 9% no mesmo período, onde se destacam, em termos percentuais, a diminuição de custos com fornecimentos e serviços externos (16%) e gastos com o pessoal (10,8%). Em termos absolutos, o corte de custos com pessoal totalizou 5,3 mil milhões de euros, ainda assim inferior aos 13,5 mil milhões de euros poupados em fornecimentos e serviços externos e 12 mil milhões no custo das mercadorias vendidas e matérias-primas.

Nos últimos dois anos, as empresas portuguesas aumentaram custos apenas com juros suportados, cuja factura total

cresceu 28,9%, ou 2,4 mil milhões de euros. Quase metade do corte conseguido com o pessoal.

Em suma, os resultados antes de depreciações e amortizações, juros suportados e impostos (EBITDA) caiu 58,7%, para 27,9 mil milhões de euros em 2012. O que se traduz num resultado líquido de 1,2 mil milhões de euros. A diminuição dos resultados não foi acompanhada por uma redução no universo de empresas. Pelo contrário, o número de empresas consideradas aumentou, de 368.900, em 2010, para 370.800, em 2012. Ou seja, o rendimento médio de cada empresa portuguesa caiu de 111.100 euros para 3.150 euros nos últimos dois anos.

0,2% das empresas são responsáveis por 40,7% do rendimento

As pequenas e médias empresas representam 98,6% do tecido empresarial português. Apesar disso, geram apenas 52,2% do rendimento. Ou, visto de outro prisma, 0,2% das empresas nacionais – o Banco de Portugal contabiliza 900 grandes empresas – foram responsáveis por 40,7% do rendimento em 2012. O regulador exclui desta desagregação por dimensão as sociedades gestoras de participações sociais. Já tendo em conta os sectores de actividade, o comércio (35,1%) juntamente com a indústria (24,3%) representam mais de metade do rendimento gerado entre as empresas portuguesas no último ano. Já as empresas públicas foram responsáveis por apenas 4,4% do rendimento registado em 2012. ■

TRÊS PERGUNTAS A...

PEDRO LINO

CEO da DIF Broker

“Muitas empresas públicas não têm capacidade de sobreviver”

Acredita que as empresas portuguesas terão condições de inverter a tendência de quebra nos resultados este ano?

Com a recuperação económica, embora ténue, na zona euro, a partir do segundo semestre deste ano é expectável que as empresas consigam inverter a tendência de baixa dos resultados. À medida que os juros voltam a baixar, é

igualmente expectável que os custos para as empresas diminuam e por esta via os resultados sejam melhores.

A estrutura de financiamento das empresas públicas inclui 10,5% de capital próprio e 52% de financiamentos obtidos. Qual a avaliação que faz destes números?

Estes dados demonstram que muitas empresas públicas não têm capacidade de sobreviver, algumas porque o Estado não tem dinheiro para investir, outras porque o Estado é mau gestor. Existiu uma cultura em Portugal que incentivava o endividamento quer no sector público quer no privado.

Necessitam também as grandes empresas de aumentar ca-

pital próprio e diminuir a dependência de financiamento?

O financiamento foi incentivado, quer porque os maiores accionistas dos grandes grupos económicos tinham recursos próprios limitados, quer por razões fiscais, que permitiam deduzir os juros ao lucro tributável. O resultado foi um excesso de endividamento global que se mostrou fatal nesta crise de crédito para muitas empresas, especialmente PMEs, que não tinham acesso ao mercado de capitais para emitir obrigações, acções ou papel comercial. É necessário estimular o aumento de capitais próprios que esbarra muitas vezes na incapacidade de perda de poder por parte dos empresários portugueses.



DIÁRIO DE NOTÍCIAS

PÚBLICO

VISÃO

DIÁRIO ECONÓMICO

SÁBADO

JORNAL DE NOTÍCIAS

SEMANÁRIO ECONÓMICO

JORNAL DE NEGÓCIOS

CORREIO DA MANHÃ

ECONOMIA / POLÍTICA

ANÁLISE

Reforma do IRC: final de ano com boas notícias para as empresas

Reforma do IRC A proposta de lei conhecida a semana passada é um claro sinal de alívio e motivação para as empresas.



PEDRO PAIVA
Partner, EY

Já há muito tempo que os finais de ano têm sido férteis em más notícias e incertezas para as empresas no âmbito dos processos de discussão e aprovação das propostas de lei dos últimos orçamentos do Estado. Estes diplomas têm, sucessivamente, aumentado a carga de imposto, em sede de IRC, que incide sobre as empresas portuguesas, colocando-as entre as que suportam uma das más elevadas taxas nominal e efectiva de impostos sobre o rendimento na Europa.

Neste final de ano de 2013, sucede exactamente o oposto. A proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2014 prevê um conjunto mais reduzido de alterações que o habitual em matéria fiscal, seguindo as boas práticas de política fiscal, e não inclui qualquer alteração em sede de IRC, excepto no que concerne a benefícios fiscais. É a proposta de Lei de Reforma do IRC que introduz as modificações em matéria desse imposto que irão vigorar a partir de 2014.

Apesar de a proposta de Lei de Reforma do IRC publicada na semana passada ser menos ambiciosa que o anteprojecto de Reforma do IRC anunciado em Julho, é inegável que as medidas propostas representam, em termos globais e apesar de existirem algumas excepções, boas notícias e um claro sinal de alívio e motivação para as empresas. Destaca-se, neste âmbito, a redução da taxa do IRC para 23%, o novo regime de 'participation

exemption', o aumento do prazo de reporte de prejuízos fiscais (embora com redução da dedução anual) e de pagamentos especiais por conta, o novo regime para activos intangíveis e as alterações ao regime especial de tributação de grupos, bem como ao de alguns créditos fiscais. Especificamente para as pequenas e médias empresas, destaca-se a reposição do regime simplificado de tributação que irá permitir uma efectiva redução da carga fiscal destas empresas. Por outro lado, não pode ser ignorado, apesar de menos so-

A carga fiscal das empresas irá diminuir a partir de 2014 e, portanto, esta é claramente a consagração de um dos vectores de medidas de crescimento económico que vinham sendo reclamados.

nante, um conjunto de medidas de eliminação ou simplificação de obrigações declarativas que são igualmente muito relevantes no sentido de diminuir os custos de contexto das empresas portuguesas. Simultaneamente, a generalidade das medidas torna o nosso regime fiscal claramente mais favorável ao investimento nacional e à internacionalização das empresas portuguesas, bem como mais atractivo para o investimento estrangeiro, inclusivamente, no sentido de permitir que Portugal possa funcionar como plataforma de investimento noutros países.

Pode-se, naturalmente, discutir as opções tomadas e se existiriam outras medidas alternativas com maior eficácia ao nível do investimento e, consequentemente, com maior impacto na economia. O que é inegável é que, caso estas medidas venham a ser aprovadas, a carga fiscal das empresas irá diminuir a partir de 2014 e, portanto, esta é claramente a consagração de um dos vectores de medidas de crescimento económico que vinham sendo reclamados.

De qualquer forma, dada a fragilidade das contas do Estado português e existindo já várias estimativas quanto à perda de receita fiscal imediata em IRC, é crucial que exista uma larga estabilidade temporal das medidas que serão aprovadas, no sentido de fomentar investimento, igualmente estável, que permita aumentar a receita global de imposto no médio prazo. Será, ainda, relevante a publicitação internacional do nosso regime, pelo que esperemos que o road-show internacional que parte do Executivo inicia este mês por várias capitais de países possa ser o início da divulgação das vantagens do novo Código do IRC que entrará em vigor em 1 de Janeiro do próximo ano. ■



22 10 2013

DIÁRIO DE NOTÍCIAS	X	JORNAL DE NOTÍCIAS	
PÚBLICO		SEMANÁRIO ECONÓMICO	
VISÃO		JORNAL DE NEGÓCIOS	
DIÁRIO ECONÓMICO		CORREIO DA MANHÃ	
SÁBADO		SOL	
EXPRESSO		i	

ENERGIA

Aposta nas renováveis a preços mais baixos

PLANO Governo garante que vai continuar a investir nos projetos de energias limpas mas quer custos mais eficientes

O Governo tem estado a cortar nas rendas excessivas da energia, mas garante que não vai deixar de apostar nos projetos de energias renováveis.

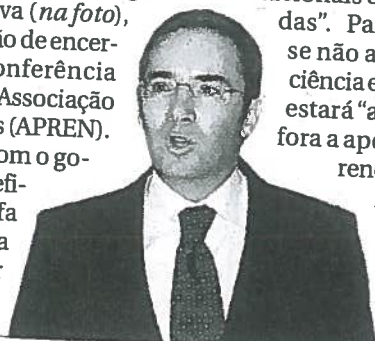
"Portugal tem um compromisso firme com as energias renováveis. A meta de 31% de produção de energia através de renováveis está próxima de ser atingida, mas para lá chegarmos temos de assegurar que o preço atribuído às renováveis é o custo eficiente e adequado à tecnologia", disse o ministro da Energia, Jorge Moreira da Silva (*na foto*), ontem na sessão de encerramento da conferência dos 25 anos da Associação das Renováveis (APREN).

De acordo com o governante, na definição da tarifa dos projetos a implementar deve ser tida

em conta a tecnologia que se usa, principalmente agora que os preços estão muito mais baixos. "Não podemos escolher a bala de prata", disse Moreira da Silva.

Para o João Talone, ex-presidente da EDP e um dos sócios da Magnum Capital – a maior gestora de parques eólicos em Portugal –, a escolha da tecnologia adequada é, aliás, um dos passos mais importantes para se conseguir financiamento para projetos de renováveis, o que até já começa a acontecer de novo, de pois de mais de dois anos sem empréstimos. É exatamente por ainda existirem constrangimentos aos financiamentos que o ministro diz que "a prioridade é agora a eficiência energética", onde as metas nacionais estão "mais atrasadas". Para o governante, se não apostarmos na eficiência energética, Portugal estará "a deitar pela janela fora a aposta que se fez nas renováveis por via das ineficiências nos transportes, nas empresas e nas casas".

ANA BAPTISTA



NUNO PINTO FERNANDES/GLOBAL IMAGENS



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

82 10 2013

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
PÚBLICO
VISÃO
DIÁRIO ECONÓMICO

JORNAL DE NOTÍCIAS
SEMANÁRIO ECONÓMICO
JORNAL DE NEGÓCIOS
CORREIO DA MANHÃ

D

DESTAQUE TENSÃO PORTUGAL/ANGOLA



Ricardo Salgado
O Grupo Espírito Santo está em Angola através do BES Angola e Rioforte. Tem ainda posições na PT e na Zon Optimus, com importantes participadas angolanas.



António Mota
A Mota-Engil tem uma longa relação com Angola, operando em sectores como a construção, engenharia e serviços, entre outros.



Pedro Teixeira Duarte
O grupo Teixeira Duarte está presente em Angola há várias décadas, actuando em sectores como a construção, a distribuição e os serviços.



Americo Amorim
É o maior accionista da Amorim Energia, com Isabel dos Santos e Sonangol como parceiros. 'Holding' é a maior accionista, com 38%, da Galp Energia, que opera em Angola.



Belmiro de Azevedo
O Grupo Sonae opera em Angola através da Zon Optimus (que detém em parceria com Isabel dos Santos) e pretende lançar uma operação de retalho alimentar.



Gen. Hélder Vieira Dias
'Kopellipa', considerado o segundo homem mais poderoso de Angola, tem vários investimentos em Portugal, em sectores como banca, vinhos e imobiliário.



Isabel dos Santos
A filha do Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, tem importantes investimentos na Zon Optimus, nos bancos BPI e na Galp Energia (via Amorim Energia).



Manuel Vicente
O vice-presidente da República de Angola foi presidente da Sonangol e é uma figura relevante no sector do petróleo. A Sonangol tem 19,5% e é accionista da Amorim Energia.



Álvaro Sobrinho
O ex-presidente do BES Angola está nos media, através da Newshold, com 15% da Cofina e 1% da Impresa. É dono do 'Sol' e tem contrato de gestão do 'I'. Tem ainda 23,5% da SAD do Sporting.



Carlos Silva
O presidente do Banco Privado Atlântico é também presidente da Interoceânico, dona de 2,6% do Millennium bcp. O banco tem outro accionista angolano, a Sonangol, com 19,5%.

Quem manda nos negócios entre Portugal e Angola

Os dois países mantêm fortes laços económicos, que se traduzem em complexas ligações entre as maiores empresas portuguesas e angolanas.

Empresas encaram intervenção de Cavaco em Luanda como decisiva

Presidência Apesar dos avisos do 'Jornal de Angola', as empresas lusas acreditam que influência de Cavaco é crucial.

Filipe Alves
filipe.alves@economico.pt

Oficialmente, as empresas portuguesas que operam no mercado angolano procuram desvalorizar a tensão entre Lisboa e Luanda e mostram-se optimistas quanto à resolução da crise diplomática. Nos bastidores, contudo, impera o receio de que nada volte a ser como antes nos negócios entre os dois países.

Os gestores contactados pelo Diário Económico esperam que a intervenção do Presidente da República ajude a restaurar os laços com Luanda. Isto apesar de a resolução dos problemas depender, em última análise, de

"A intervenção do Presidente da República pode ser, de facto, a única saída para este problema", admite o gestor de uma grande empresa portuguesa com investimentos em Angola.

decisão final da Procuradoria Geral da República quanto aos inquéritos a altas figuras do Estado angolano.

Ainda assim, os empresários ouvidos pelo Diário Económico mostram-se confiantes quanto à intervenção de Cavaco Silva, até porque foram os próprios meios angolanos a colocar esse cenário em cima da mesa, como que acenando a Portugal com uma saída para a crise, que permita às duas partes salvarem as respectivas faces. "Sim, a intervenção do Presidente da República pode ser, de facto, a única saída para este problema", disse o gestor de uma grande empresa portuguesa com elevados in-

vestimentos em Angola. Outro gestor, que pediu igualmente para não ser identificado, dada a sensibilidade do tema, explicou que as relações estão "mais calmas na superfície, mas ainda muito agitadas no terreno".

Jornal avisa empresas
Otem o "Jornal de Angola" voltou à carga com mais um editorial de baterias apontadas a Portugal, acusando os políticos portugueses de dizerem "cinicamente que já está tudo bem, enquanto ao mesmo tempo o Ministério Público faz mais manchetes nos jornais e são violados os entendimentos feitos com Angola". O diário luandense

acusou os órgãos de soberania portugueses - Presidente da República incluído - de terem "pesadas responsabilidades no actual clima de agressão a Angola". E acrescentou, em tom de aviso para as empresas lusas: "Portugal já não está nas grandes obras públicas no nosso país. Não está no petróleo. Não está na transferência de tecnologias. Aí estão a China e o Brasil. Portugal parece estar apenas reduzido à chantage e à falta de respeito".

O certo é que, apesar da escalada de tensão entre os dois países, os fortes laços económicos entre ambos parecem condená-los a um entendimento (ver ilustração acima). ■

Procuradoria aguarda investigação da Judiciária a altas figuras angolanas

Processo Conclusões da investigação da PJ ditarão decisão do Ministério Público de arquivar ou acusar no inquérito crime que envolve altas figuras de Angola. Desfecho está para breve.

Lígia Simões
ligia_simoes@economico.pt

A Procuradora-Geral da República (PGR) aguarda os resultados da investigação da Polícia Judiciária (PJ) a altas figuras angolanas e portuguesas para decidir se arquiva o processo-crime aberto pelo Departamento Central de Investigação de Acção Penal (DCIAP) ou se acusa os cidadãos que estão na mira da PJ. A acusação está assim dependente da apresentação de provas relativas a crimes de branqueamento e fraude fiscal por parte deste órgão de polícia criminal, ao qual o Ministério Público (MP), segundo apurou o Diário Económico, remeteu a investigação logo que foi aberto o inquérito-crime, em 2012, com vista ao seu "bom andamento".

Em causa está a abertura do inquérito-crime nº 142/12 contra três dirigentes angolanos, que estão a ser investigados por suspeita de branqueamento e fraude fiscal. O vice-presidente de Angola e antigo líder da petrolífera Sonangol, Manuel Vicente, o ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança de José Eduardo dos Santos, Helder Vieira Dias (conhecido por 'Kopelipa'), e o conselheiro do ministro de Estado, Leopoldino Nascimento, são três altos dirigentes do regime angolano que estarão a ser investigados pela PJ por crimes económicos-financeiros e conexos.

O Diário Económico sabe que, na fase inicial deste inquérito, a PGR "deferiu a investigação" à PJ dada a necessidade de se socorrer de meios técnicos e humanos especializados. A passagem da investigação para a alçada da PJ, mantendo-se o MP como titular do processo, está prevista na Lei de Organização de Investigação Criminal. O MP aguarda agora a conclusão desta investigação e a informação que lhe será remeti-

da, a qual servirá de base para arquivar se não houver provas, ou caso contrário, acusar. O desfecho deste caso, apurou o Diário Económico, estará para breve.

No passado sábado, o "Expresso" noticiou que o Ministério Público já recusou por três vezes

PROTAGONISTAS



Joana Marques Vidal
Procuradora-Geral
da República

"Encontram-se pendentes no DCIAP vários processos em que são intervenientes cidadãos angolanos, quer na qualidade de suspeitos, quer na qualidade de queixosos", declarou a 4 de Outubro, em reacção ao caso Machete, noticiado no mesmo dia.



Almeida Rodrigues
Director Nacional da PJ

A PGR, titular do processo-crime, colocou a investigação a altas figuras angolanas nas mãos da PJ. Esta competência deferida está prevista na Lei de Organização da Investigação Criminal, nomeadamente nos casos de crime económico-financeiros.

arquivar as suspeitas contra os principais visados neste processo e que a última recusa foi há duas semanas. O pedido de arquivamento foi feito pelo advogado português que representa Manuel Vicente, Helder Vieira Dias e Leopoldino Nascimento, tendo o MP negado, ao alegar que as Finanças estão ainda a fazer perícias aos três envolvidos. O jornal adianta que nenhum dos três angolanos foi ouvido pelas autoridades portuguesas - por não serem arguidos, gozam da presunção de inocência.

Crispação diplomática

No início deste mês, a propósito do 'caso Machete', a procuradora-geral da República, Joana Marques Vidal, confirmou que estão pendentes no DCIAP "vários processos em que são intervenientes cidadãos angolanos, quer na qualidade de suspeitos, quer na de queixosos".

O ressurgimento de notícias sobre a investigação a altas figuras do Estado angolano tem provocado uma crispação diplomática (ver cronologia ao lado), ameaçando a "parceria estratégica" com Portugal. Isto numa altura em que o regime angolano aponta baterias às fugas de informação no MP português. Ainda na semana passada, o "Diário de Notícias" deu conta que a lista de altas figuras investigadas constam 13 cidadãos angolanos e 26 empresários portugueses - desde banqueiros a gestores de topo. Na lista de denunciados do antigo embaixador angolano, Adriano Parreira, poderão estar empresários ligados a sectores da energia, distribuição, banca, advocacia e construção civil.

Até ao fecho desta edição, não houve qualquer resposta ou comentário da PGR e da PJ quanto à passagem desta investigação para as mãos da Judiciária. ■

DATAS QUE MARCAM O CONFLITO DIPLOMÁTICO

Janeiro de 2012

O activista angolano Rafael Marques dá conta à Lusa de que o MP tem em curso um inquérito-crime, no qual é testemunha, sobre o envolvimento de altos dirigentes angolanos em crimes de branqueamento de capitais.

Julho

Rafael Marques depõe como testemunha na queixa apresentada por um cidadão angolano residente em Portugal. A queixa versa duas dezenas de cidadãos angolanos com "investimentos e propriedades em Portugal".

Novembro

A abertura do inquérito-crime pelo DCIAP para investigar indícios de fraude fiscal e branqueamento de capitais é noticiada pelo "Expresso". A PGR confirma a investigação a altos dirigentes angolanos - "sem que, contudo, nela estejam constituídos quaisquer arguidos" - e garante que é uma averiguação preventiva.

4 Outubro 2013

O "Diário de Notícias" noticia que o ministro Rui Machete pediu "diplomaticamente desculpa" às autoridades angolanas por o MP estar a investigar altos dirigentes angolanos, fazendo referências à investigação no passado, como se já não existisse. PGR reage: garante que "nunca proferiu qualquer comentário sobre o conteúdo" das investigações.

15 Outubro

O Presidente de Angola anuncia a suspensão da "parceria estratégica" com Portugal.

18 Outubro

Cavaco Silva diz estar certo de que "mal entendidos" entre Portugal e Angola e "eventuais desinformações" vão ser ultrapassadas. E adianta que nos contactos "entre o seu gabinete e o do Presidente de Angola "a conversa correu bem".



22 10 2013

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
PÚBLICO
VISÃO
DIÁRIO ECONÓMICO

JORNAL DE NOTÍCIAS
SEMANÁRIO ECONÓMICO
JORNAL DE NEGÓCIOS
CORREIO DA MANHÃ

CRISE LUSO-ANGOLANA

Cimeira entre Portugal e Angola nas mãos da Justiça

Cimeira bilateral está a ser preparada pela diplomacia, mas a sua realização não está assegurada por causa das investigações judiciais em Portugal

CELSO FILIPE cfilipe@negocios.pt

A concretização da cimeira bilateral entre Portugal e Angola, marcada para Fevereiro de 2014, está dependente do desfecho das investigações que o Ministério Público português está a fazer de alta individualidades angolanas. Entre elas contam-se o vice-presidente da República, Manuel Vicente, o chefe da Casa Militar de José Eduardo dos Santos, o general Manuel Helder Vieira Dias ("Kopelipa") e o procurador-geral da República, João Maria Sousa.

As conversações entre os dois países, para definir os assuntos a abordar na cimeira, continuam a decorrer, mas Angola já fez saber que a sua realização está longe de ser um ponto assente, sabe o **Negócios**.

O incómodo pelas investigações por parte das autoridades angolanas é tanto maior porque um dos visados é Manuel Vicente, apontado como possível sucessor de José Eduardo dos Santos no Palácio da Cidade Alta, residência oficial do chefe de Estado angolano. A existência de uma investigação dificulta a execução de uma eventual estratégia de transição do poder em Angola.

Esta foi, aliás, uma das razões que levaram José Eduardo dos Santos a tornar público o seu descontentamento sobre o relacionamento bilateral. "Só com Portugal as coisas não estão bem. Têm surgido incompreensões ao nível da cúpula e o clima político actual, reinante nessa relação, não aconselha a construção da parceria estratégica antes anunciada", disse o presidente da República de Angola, em 15 de Outubro, no discurso do Estado da Nação. A declaração caiu com estrondo e sem aviso prévio, obrigando Portugal a reagir, para desanuviar a tensão.

"Farei o que está ao meu alcance, como chefe do Governo português, para que a relação entre os dois países não seja abalada por episódios de qualquer espécie. Portanto, aquilo

que iremos fazer, como temos vindo a fazer desde o dia em que eu tomei posse, é realizar uma aproximação muito grande com o Governo angolano, mas também com instituições angolanas, de forma a cultivar e a aprofundar esta relação que é importante para as duas nações e para os dois povos" declarou Passos Coelho, em 16 de Outubro, no decurso de uma visita ao México.

"Jornal de Angola" diz "adeus à lusofonia"

Três dias depois, o Presidente da República, Cavaco Silva, reforçou a mensagem do primeiro-ministro: "Estou seguro de que esses mal-entendidos vão ser ultrapassados. É essa a vontade das autoridades portuguesas, e estou certo de que será também essa a vontade do presidente, José Eduardo dos Santos, que sei que tem um grande apreço pelo povo português".

A pressão do lado angolano, no entanto, mantém-se. O editorial de segunda-feira do "Jornal de Angola", intitulado "Adeus Lusofonia", volta à carga. "A cúpula em Portugal, Presidência da República, Assembleia da República, Governo, Tribunais, tem pesadas responsabilidades no actual clima de agressão a Angola, que recrudescer nas últimas semanas e atingiu níveis inaceitáveis. Enquanto persistir a onda de deslealdade e agressão que vem de Lisboa não são aconselháveis cimeiras", avisa o editorialista.

Neste quadro, o Governo português encontra-se numa encruzilhada. Caso pressione o Ministério Público pode ser acusado de interferência no poder judicial. E se as investigações não tiverem uma conclusão, as retaliações de Angola podem ir além das palavras de José Eduardo dos Santos e dos editoriais e artigos de opinião inflamados do "Jornal de Angola", que têm mais impacto em Portugal do que no seu próprio país.

Os temas agendados para Fevereiro



Economia

Estão previstos acordos em matérias como a segurança social e a protecção de investimento que permitam consolidar o relacionamento económico entre os dois países. Prevê-se a realização, em paralelo, de um seminário empresarial.



Comércio

A possibilidade de Portugal desempenhar um papel de relevo na formação e certificação de qualidade.



Ensino superior

Formação e capacitação de quadros, feita através da deslocação de docentes universitários portugueses para Angola e mais cooperação entre universidades dos dois países.



Desporto

Equacionar a possibilidade de se realizarem em Angola, em 2014, os jogos desportivos da CPLP (Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa).



Saúde

Reforço da cooperação. O Centro de Investigação em Saúde de Angola, uma parceria entre o Ministério da Saúde daquele país, o Instituto Camões e Fundação Calouste Gulbenkian, é dado como exemplo.



Cultura e Comunicação Social

Assinatura de protocolos de cooperação diversos, em domínios como a formação ou a promoção das artes.



DIÁRIO DE NOTÍCIAS
PÚBLICO
VISÃO
DIÁRIO ECONÓMICO
SÁBADO
EXPRESSO

JORNAL DE NOTÍCIAS
SEMANÁRIO ECONÓMICO
JORNAL DE NEGÓCIOS
CORREIO DA MANHÃ
SOL
i

Crise luso-angolana

PME temem que vender seja “ainda mais difícil” e repensam investimentos

Empresários das pequenas e médias empresas nacionais falam num acumular de tensão que teve agora o apogeu. As grandes empresas chutam resolução para os políticos

ANTÓNIO LARGUESA
JOÃO CARLOS MALTA

Enquanto as grandes empresas optam pelo silêncio relativamente às “feridas políticas” abertas pelo discurso recente de Eduardo dos Santos, as firmas de pequena e média dimensão já fazem contas aos impactos potenciais: o adensar das dificuldades de exportar para Angola e o compasso de espera para decidir investimentos industriais naquele mercado.

Após fornecer o mobiliário urbano para a primeira fase de requalificação da baía de Luanda, o grupo Amop ainda não teve “sinais da parte dos adjudicatários de qualquer alteração” aos restantes negócios já contratados. Porém, o director de marketing desta empresa de Águeda não esconde “receios do embate, em particular nas obras públicas”, já que tinham “boas perspectivas” de fornecer mais material específico para praças e escolas daquele país africano.

Miguel Nunes falou ainda da importância de haver “relações salustares” no plano político para que continue na agenda a construção de uma fábrica em Angola. “Ficámos interrogativos e receosos sobre essa instalação industrial. Não era no imediato e dá tempo para reflectir, mas já há trabalho feito para encontrar parceiros locais e ficámos indecisos sobre recuar ou não. Ou escolher outros mercados”, detalhou o director da Amop.

Ainda no mobiliário, a Jetclass, empresa da Trofa que vende 40% da facturação no país das Palancas Negras, está “preocupada” com a actual crise diplomática, mas acredita que é uma situação “passageira”. “Convém que as coisas não corram mal, nem quero pensar nisso”,

Não quero falar sobre isso.

E um tema muito político.

JORGE ARMINDO

Presidente da Amorim Turismo

exclama o presidente da unidade industrial, Agostinho Moreira. Relativamente ao discurso de José Eduardo dos Santos, o empresário acredita que foi “só um aviso”.

Apesar da escalada de violência retórica ser recente, “este clima de tensão com Angola já não é de agora”, frisou Martim Guedes, administrador da Aveleda, que cita “entrevistas burocráticas, administrativas e processuais às exportações, que sempre existiram” num mercado “sem dúvida importante” e que “continua a ser estratégico” para a proprietária da marca Casal Garcia.

Ao somar as tarifas e barreiras alfandegárias, como “tempos demasiado longos de desalfandegamento dos contentores”, o responsável da produtora de vinhos de Penafiel ironizou que “aí nunca houve parceria estratégica”. Aliás, “é mais fácil exportar para os Estados Unidos ou para Singapura do que para Angola”, onde “as coisas já eram difíceis” e prometem ser “ainda mais difíceis”.

Com duas sociedades com negócios em Angola, uma na área de electromecânica e energia e outra com negócios na construção civil, a João Jacinto Tomé, refere que a

instabilidade nas relações não nasceu agora, mas “preferíamos que não existisse”. O administrador, António Melo, pensa que os actores políticos deviam ter “mais cuidado com as declarações públicas”. No entanto, refere que “nas conversas que tenho mantido com os homens que estão lá no terreno, temos falado sobre se há alterações, e até agora as respostas são todas negativas”.

No mesmo sector, o da metalomecânica, o grupo Ferpinta liderado pelo comendador Fernando Pinho (com presença industrial no país), corrobora a ideia de que até ao momento não houve alterações no terreno. “Não temo que haja consequências para a empresa, porque estamos a falar de dois povos irmãos e que os laços que os unem são mais fortes do que as pessoas que os dirigem”, explica o administrador, Nuno Pires.

O silêncio das Grandes

Nas grandes empresas portuguesas, com investimentos e contratos valiosos, as perguntas sobre o clima de tensão entre os dois países esbarram ou no silêncio ou no politicamente correcto.

Na Amorim Turismo, Jorge Armindo, disse ao **Negócios**: “Não quero falar sobre isso. É um tema muito político, mas não acredito que haja consequências directas”. Já fonte oficial da construtora Soares da Costa, comprada recentemente pelo empresário angolano António Mosquito, disse na segunda-feira que “respeita as posições dos órgãos de soberania dos países em que actua e não comenta a matéria”.

No mesmo sentido, já na semana anterior, a Mota-Engil e a Marifer tinham recusado comentar a quezília política e diplomática.

**CIP**CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

22 10 2013

DIÁRIO DE NOTÍCIAS	✓	JORNAL DE NOTÍCIAS
PÚBLICO		SEMANÁRIO ECONÓMICO
VISÃO		JORNAL DE NEGÓCIOS
DIÁRIO ECONÓMICO		CORREIO DA MANHÃ
SÁBADO		SOL
EXPRESSO		i

SEGURANÇA SOCIAL

Patrões querem reforma aos 70 em Espanha

Os patrões espanhóis defenderam ontem que a idade da reforma deve ser aumentada para os 70 anos, a fim de salvar o sistema de pensões. O Instituto de Estudos Económicos, ligado à Confederação Espanhola de Organizações Empresariais (CEOE), propõe ainda um limite de 40 anos de contribuições para que o trabalhador tenha direito a receber 100% da pensão; para receber 50%, o período mínimo de descontos deveria ser de 20 anos. "O gasto com as prestações sociais está a crescer a um ritmo muito rápido. Este crescimento é insustentável. Deveria acelerar-se a reforma das pensões, porque com um crescimento de 5% das pensões, quando a economia crescer 2% em termos nominais o sistema irá explodir", defende José Luis Feito, presidente do Instituto. Em resposta, o ministro da Economia, Luis de Guindos, afirma que Madrid tem "um roteiro perfeitamente definido" para a reforma das pensões e que será "previsível e muito transparente" na hora de colocar as novas medidas sobre a mesa.